

O ultimato

A

municipalização do trânsito está numa encruzilhada. Cansada de esperar atitudes claras do Palácio Anchieta a respeito do assunto, a Prefeitura de Vitória deu um ultimato: vai saltar fora do projeto no final do mês, se o governo do Estado não agilizar as providências necessárias à transferência das atribuições relativas ao setor para o âmbito municipal.

A decisão tem sentido: sobre a municipalização, prefeitura e governo do Estado só chegaram ao consenso em um ponto: ela é necessária e inadiável. A partir daí jogou-se muita conversa fora e não se avançou para lugar nenhum, embora a prefeitura já tenha, em função do consenso inicial, investido recursos significativos em sinalização horizontal.

E mais teria feito, não houvesse o Palácio Anchieta silenciado a respeito do assunto. Um fenômeno inexplicável, quando se considera que o próprio Departamento Estadual de Trânsito já se declarou financeiramente incapaz de continuar gerenciando o setor.

Não é de surpreender, portanto, que a prefeitura tenha radicalizado. Afinal, após ter se preparado para assumir a nova responsabilidade, inclusive criando funções específicas na burocracia municipal, não dá para aceitar o silêncio do Palácio Anchieta sobre um fato que, para todos os efeitos, já tinha como consumado.

Uma coisa é certa nesta história nebulosa. Vai sobrar para a população. Enquanto a prefeitura se retira e o Detran se acomoda à situação - mesmo reconhecendo não ter recursos para gerenciar o trânsito, convém repetir - os engarrafamentos tornar-se-ão maiores e mais frequentes.

Estresse, poluição atmosférica e acidentes cada vez mais incorporar-se-ão à rotina já desgastante do trânsito da capital do Espírito Santo. O poder municipal, escurado no silêncio do Estado, vai se sentir no direito de lavar as mãos, concentrando-se nas obras que estão mudando a cara da cidade e conquistando aprovação geral.

Quanto ao trânsito, este vai continuar sendo levado com a barriga, sem qualquer definição de responsabilidade quanto ao gerenciamento. A impressão possível é que, da parte do Estado, o trânsito, componente importante da qualidade de vida de qualquer aglomerado urbano, está saindo da esfera técnica e entrando na política.

Para um governo buscando desesperadamente recuperar a popularidade perdida, talvez seja um erro primário de estratégia, depois de tantos testemunhos favoráveis às mudanças, para as quais o poder municipal já havia se preparado.

Ainda há tempo para retomar o processo de transferência de atribuições. Depois do prazo limite imposto pela Prefeitura de Vitória vai ser muito difícil fugir da responsabilidade pelo que vier a acontecer no trânsito da capital.

A) 16958